



DE COADJUVANTE A PROTAGONISTA: A EXEMPLARIDADE DE CESARE BORGIA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

*From coadjuvant to protagonist: Cesare Borgia's exemplarity in
Machiavelli's thought*

Douglas Antônio Fedel Zorzo

Resumo: No pensamento de Nicolau Maquiavel, o uso de exemplos é recorrente. Por meio deles o autor elabora ou corrobora a articulada teoria que constrói sobre as relações de poder e sobre o dinamismo precário da política. Diante disso, o objetivo específico do presente artigo é, por um lado, delinear, sistematicamente, a apresentação e a construção do exemplo de Cesare Borgia no decorrer do Capítulo VII de *O Príncipe*. Por outro, analisar como, no movimento de transição operado pelo duque Valentino de ator coadjuvante, que recebe um estado por meio da fortuna e das armas alheias, para protagonista político, que edifica sua própria virtù, Maquiavel extrai importantes preceitos sobre a prática política.

Palavras-chave: Maquiavel; Cesare Borgia; Capítulo VII de *O Príncipe*; Uso dos exemplos.

Abstract: In Niccolò Machiavelli's thought, the use of examples is recurrent. Through them, the author elaborates or corroborates the articulated theory that he builds on power relations and on the precarious dynamism of politics. Therefore, the specific objective of this article is, on the one hand, to highlight systematically the presentation and construction of the example of Cesare Borgia in Chapter VII of *The Prince*. On the other hand, to analyze how, in the transitional movement operated by the Duke of Valentinois from supporting actor, who receives a state through the fortune and weapons of others, to a political protagonist, who builds his own virtù, Machiavelli extracts important precepts about political practice.

Keywords: Machiavelli; Cesare Borgia; Chapter VII of *The Prince*; Use of examples.

No pensamento de Maquiavel, as ações de determinados atores políticos são contornadas por um sinal de exemplaridade. Seguindo sua declarada metodologia, o Secretário florentino colhe, tanto no desenrolar da história como no curso dos acontecimentos que, no alvorecer do *Cinquecento* italiano, presencia, indicativos sobre a dinâmica e a operação da política. Positiva ou negativamente, os exemplos estruturam e ratificam a teoria, por vezes tortuosa, construída pelo autor.

Nesse sentido, o objetivo do artigo aqui apresentado é o de analisar como os eventos atrelados à ascensão e à ruína política de Cesare Borgia, personagem emblemático de *O Príncipe*, impactam a reflexão maquiaveliana sobre a *arte dello stato*. Isto é, buscaremos esmiuçar o lugar que a experiência borgiana ocupa nas linhas desse opúsculo, e, como as ações empreendidas pelo duque Valentino, no movimento de transição de ator político coadjuvante para protagonista na conquista de um novo principado, proporcionam, a Maquiavel, importantes preceitos sobre a prática política.

1. A questão da conquista como prólogo: o contraponto entre *virtù*, fortuna, armas próprias e alheias

Em *O Príncipe*, a imagem de Cesare Borgia surge no interior da primeira grande temática da obra: a questão da conquista. Em sua divisão relativamente sistemática, os mecanismos e as possibilidades para a *aquisição* do poder político aparecem como centrais:

Todos os estados [*statù*], todos os domínios [*dominiù*] que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários [...] ou são novos. Os novos ou são inteiramente novos [...] ou são como membros anexos ao estado hereditário do príncipe que os adquire [*gli acquista*] [...]. Os domínios assim formados estão habituados ou a viver sob um príncipe ou a ser livres. E se adquirem [*acquistonsi*] ou com armas de outrem ou com armas próprias, graças à fortuna ou à *virtù*¹.

Servindo-se de seu peculiar método disjuntivo, Maquiavel nos situa diante de uma lógica linear. O principado é uma das formas possíveis de domínio político, assimétrico às repúblicas, que se encaixa em um específico quadro tipológico: *hereditário*, onde o poder é *transferido* entre gerações de príncipes (objeto do Capítulo II); *parcialmente novo*, enquanto membro *agregado* por um *movimento de expansão* realizado por um príncipe já detentor de um *stato* (Capítulos III-V); *inteiramente novo*, como fruto da *conquista* ou da fundação de um governo por parte de um indivíduo privado que, antes disso, não possuía a prerrogativa principesca (Capítulos VI-IX).

Como tônica da primeira parte do opúsculo, o *acquistare* se manifesta de duas maneiras: como *processo de expansão* ou como *processo de formação* de um domínio *ex novo*. A constituição desse principado, edificado pelas ações de um novo príncipe, pode ocorrer ou por meio das *armas próprias* e da *virtù* do agente (argumento tratado no Capítulo VI), ou por meio das *armas alheias* e da *fortuna* (objeto do Capítulo VII)².

Nesses *principati tutti nuovi*, a “maior ou menor dificuldade” para mantê-los está atrelada à “maior ou menor [...] *virtù*” daquele que os conquistou”. Nesse caso, a “passagem de simples cidadão a príncipe” pode pressupor tanto a *virtù* quanto a *fortuna* como atenuantes para as “muitas das dificuldades”³ que são implícitas à ação.

Em primeiro lugar, no Capítulo VI, temos aqueles que ascendem ao posto principesco pela via das “armas próprias” e da “*virtù*”. Para substanciar seu argumento, Maquiavel recorre aos casos de “Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu”, todos eles “conquistadores ou fundadores de reinos”. Sobre eles, o autor pondera que, ao examinarmos “suas ações e suas vidas”, veremos que “não receberam da fortuna mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse”. Sem a “ocasião” a “*virtù* de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a *virtù*, a ocasião teria seguido em vão”⁴.

Em segundo lugar, o foco do Capítulo VII é o príncipe novo que é alçado para essa condição não através de méritos, ações e qualidades próprias, mas por uma conjuntura proporcionada pela *fortuna* e pelas *armas alheias*.

Sobre esse governante – que não será o protagonista, ou, a força principal dentro do programa de conquista – Maquiavel se apressa para situá-lo em uma dramática vulnerabilidade. A relativa facilidade de tornar-se príncipe por esse meio, isto é, “quando

¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 3.

² No Capítulo VIII, Maquiavel apresenta uma retificação, ainda que não declarada, ao Capítulo I. Ali, constata a insuficiência explicativa dos termos *virtù*-fortuna-armas para compreender a ascensão ao poder. A conquista também pode ocorrer por meio de atos criminosos (capítulo VIII), ou por meio do apoio dos concidadãos (capítulo IX), que exige uma “astúcia afortunada” (MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 37).

³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 23.

⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 24.

um estado é concedido a alguém ou por dinheiro ou pelas graças de quem o concede”⁵, revela-se precária.

Os principados que são fruto de concessão, explica o Secretário, se apoiam “exclusivamente na *vontade* e na *fortuna* de quem lhes *concedeu o poder*”, coisas “muito volúveis e instáveis”. Além disso, esses príncipes “*não sabem*” e “*nem podem manter*” o domínio. “Não sabem” porque “a menos que sejam homens de grande engenho e *virtù*, não é razoável que saibam comandar tendo sempre vivido como particulares”, e “não podem” porque “não têm forças que lhes possam ser amigas e fiéis”⁶.

Contudo, apesar da propensão à ruína, o fracasso não é determinado por um destino fatalista. Ao sujeito político é possível demonstrar possuir “*tanta virtù*” ao ponto de “rapidamente se preparar para conservar aquilo que a fortuna lhes colocou nos braços”, ou melhor, introduzir “depois” os “fundamentos” que os outros “estabeleceram antes de se tornarem príncipes”⁷.

Diante da hipótese de um colapso provável à possibilidade do triunfo, a argumentação maquiaveliana sofre uma importante guinada. Como nota Giorgio Inglese, a estrutura do capítulo revela-se por inteiro dedicada ao problema de “como emancipar-se do reino da fortuna”, ou, “fora do simbolismo”, de “como fundar uma potência política independente”⁸.

É desse contexto, que procura elucidar as condições de consolidação de um poder político alcançado por meio dos benefícios alheios, que brota o paradigmático exemplo de Cesare Borgia. A partir de agora, o Capítulo VII se apresenta como um itinerário sobre a constituição e a ruína do domínio territorial borgiano.

2. Primeiro ato: Cesare Borgia, as concessões da fortuna e as armas alheias

Sob a perspectiva da conquista, Maquiavel estabelece uma cuidadosa análise do percurso político-militar trilhado pelo duque Valentino – que, há muito, ocupava um lugar de destaque em seus escritos⁹.

Filho do controverso papa Alexandre VI, a história de Cesare está relacionada às tramas políticas de sua família e à conturbada situação geopolítica italiana da passagem do *Quattro* para o *Cinquecento*. Destinado pelo pai à carreira eclesiástica, havia sido bispo de Pamplona, arcebispo de Valência, e, com a eleição de Rodrigo ao pontificado, nomeado cardeal. Todavia, granjeou pouca influência política dentro do colégio dos cardeais.

Com o homicídio de seu irmão, Giovanni, preposto pelo pai para a conquista do poder temporal para os Borgia – aliás, em um evento que carregava a desconfiança sobre sua participação –, Cesare se apresentava como o “único herdeiro sobre o qual Alexandre VI podia contar para construir um forte domínio familiar”¹⁰. Assim, abandonando as funções eclesiásticas¹¹, Cesare e Alexandre, em um jogo de alianças com os franceses, se empenham na tarefa de recuperar os territórios da Romanha, região turbulenta e

⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 27.

⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 27, grifos nossos.

⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 28.

⁸ INGLESE, Giorgio. *Per Machiavelli: l'arte dello stato, la cognizione delle storie*. Roma: Carocci Editore, 2006, p. 62, tradução nossa.

⁹ Para a presença e a evolução das considerações de Maquiavel sobre Cesare Borgia ao longo de seus escritos, cf. MARCHAND, Jean Jacques. “L'évolution de la figure de César Borgia dans la pensée de Machiavel”. In: *Revue suisse d'histoire*. Bern: v. 19. n. 2, 1969, pp. 327-355.

¹⁰ OLIVA, Anna Maria. Cesare Borgia. In: SASSO, Gennaro (org). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 191, tradução nossa.

¹¹ Conforme lemos no *Decennale primo*, “E carecendo Alexandre/ de alguém que mantivesse erguida sua insígnia/ com a morte e a derrota de Candia [duque de Gandia, Giovanni Borgia]/ volta-se para seu filho que pertencia/ ao grupo dos grandes cardeais e dali o retira/ trocando o barrete pelo chapéu de soldado” (MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 98, versos 174-180, tradução nossa).

dominada por pequenos tiranos locais, cuja titularidade pertencia à Igreja, mas onde o poder pontifício era somente nominal.

Conforme justifica Maquiavel, o recurso ao duque se deve ao fato de que ele, embora tenha conquistado “o estado com a fortuna do pai”, usou “de todos os atos” e realizou “todas as coisas que um homem prudente e valoroso deveria ter feito para deitar raízes em um estado que as armas e a fortuna de outros haviam lhe proporcionado”¹². Se considerarmos todos os seus procedimentos, “veremos que ele preparou amplos fundamentos para seu futuro poder”. Aliás, levando em conta os “exemplos de sua atuação”, “desconheço preceitos melhores para dar a um príncipe novo”. Nesse caso, se o seu “regime não frutificou, não foi por sua culpa, mas por uma extraordinária e extrema maldade da fortuna”¹³.

Alexandre VI, explica o Secretário, encontrava grandes dificuldades para atribuir um poder temporal ao seu filho. A alternativa menos problemática era torná-lo “senhor” de algum estado que já fosse da Igreja. Porém, a delicada malha de principados e repúblicas que coloriam a Itália dificultava esse movimento: em primeiro lugar, o Papa tinha consciência de que o “duque de Milão”, Ludovico Sforza, e “os venezianos não lhe permitiriam tomar nenhum desses estados”, já que “Faenza e Rimino”, territórios pretendidos por Alexandre, estavam sob a proteção veneziana. Em segundo lugar, via “que os exércitos da Itália, e principalmente aqueles de que se poderia servir, estavam em mãos dos que deviam temer a grandeza do Papa”: por isso, “não podia confiar neles, já que estavam todos com os Orsini, os Colonna e seus partidários”, isto é, com as turbulentas facções de feudatários, ou barões, romanos¹⁴.

Diante dessa conjuntura, “era-lhe necessário [...] perturbar aquela ordem e desorganizar seus estados para poder assenhorear-se com segurança de parte deles”. Essa oportunidade fora facilitada por “encontrar os venezianos, movidos por outros interesses, dispostos a fazer com que os franceses voltassem à Itália”, coisa a que “o papa não apenas não se opôs, como também facilitou”¹⁵.

Nisso, a entrada de Luís XII na península, para reclamar a posse e conquistar o ducado de Milão, representaria um marco significativo para a formação do poderio borgiano¹⁶. Essa diligência, que contaria com a participação pessoal de Cesare, foi responsável por proporcionar o ensejo para o projeto da família espanhola. Por um lado, a campanha somente foi possível “graças à fama do rei” francês, cujo prestígio forçava Veneza a consentir com ela. Por outro, os acordos entre Alexandre e o monarca¹⁷ davam a Cesare “gente para a campanha da Romanha”¹⁸, isto é, “um contingente de mais de cem homens armados”¹⁹, agrupados em um exército auxiliar, que seriam em seguida substituídos pelas tropas mercenárias dos Orsini e dos Vitelli.

Eis a atuação da “fortuna” e das “armas alheias”: a ocasião originada pelos interesses franceses nos estados italianos, compreendida e aproveitada pela autoridade

¹² MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 28.

¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 28.

¹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 29.

¹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 29.

¹⁶ Maquiavel analisa a ocupação e a derrocada de Milão, por Luís XII, sistematicamente no Capítulo III de *O Príncipe*.

¹⁷ Como afirma Federica Faitelli, Luís XII tinha “uma desesperada necessidade do pontífice, não somente para receber a investidura sobre os domínios italianos, mas sobretudo para obter a anulação do próprio matrimônio com Giovanna di Francia [Joana de França], filha deforme de Luís XI, e recebe a dispensa que consentiria uma nova união com Anna di Bretagna [Ana de Bretanha]” (FAITELLI, Federica. *Cesare Borgia. Dossier*. Firenze: Giunti, 2001, p. 21, tradução nossa).

¹⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 29.

¹⁹ OLIVA, Anna Maria. Cesare Borgia. In: SASSO, Gennaro (org). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 191.

papal; e os exércitos utilizados nessas campanhas, provenientes, ao menos em parte, dessa mesma operação. O ensejo para o início das atividades de Cesare e sua posterior consolidação como príncipe partem tanto dessa oportunidade gerada por elementos externos à sua ação, quanto pelas tropas que não estavam sob seu controle direto, cedidas por outras personalidades – primeiro, por Luís XII, depois, contratadas pelo Papa.

A conquista da Romanha não sinalizava apenas a retomada de um importante poder temporal para a Igreja, mas, sobretudo, significava o estabelecimento de um núcleo de comando político para os Borgia. Cesare, então, inicia seu programa de invasão: Ímola cai em 27 de novembro de 1499, Forlì em 19 de dezembro, Cesena se rende em 2 de agosto de 1500, Rimini em 10 de outubro, Pesaro, em 21 de outubro e, após longo assédio, também Faenza, em 25 de abril de 1501. Depois disso, “para dar cobertura jurídica às suas conquistas” é nomeado pelo pontífice como “duque da Romanha e vigário de Pesaro e Fano”²⁰. Enfim, volta-se a Urbino, que sucumbe após breve resistência em 21 de junho de 1502, e para Camerino, em 20 de julho.

Com os territórios reconquistados, duas coisas impediam o duque de mantê-los e “continuar o avanço” sobre outros estados: “uma era o seu exército, que não lhe parecia fiel”, ou melhor, “que o exército de Orsini de que se valera”, por concessão do Papa em detrimento dos franceses, “lhe faltasse quando necessário”, e não somente “o impedisse de conquistar, mas ainda lhe tomasse o conquistado”; a outra, “a vontade da França”, apática e pouco disposta aos propósitos do duque, além de temer que o “rei lhe fizesse a mesma coisa” que os *condottieri* romanos²¹.

No caso dos Orsini, Cesare “teve uma confirmação de suas suspeitas após ter entrado em Faenza, quando suas tropas se mostraram frias para assediar Bolonha”²². Em relação a Luís XII, o duque “compreendeu seu estado de ânimo quando, conquistado o ducado de Urbino, invadiu a Toscana, empresa da qual o rei o fez desistir”²³.

Diante desses indícios e dessas demonstrações que instabilizavam seu poder, Cesare, em um movimento *deliberado*, decidiu afastar-se das condições que haviam possibilitado sua ascensão, isto é, optou por “não depender mais das armas e da fortuna alheias”²⁴. A partir disso, Maquiavel se dedica a traçar o empreendimento do duque em sua busca pela independência política e militar. Essa guinada será o ponto sobre o qual a construção e a demonstração das capacidades de Borgia será ancorado.

3. Segundo ato: Cesare e o movimento de emancipação

Para o Secretário, a primeira medida tomada pelo duque no processo de autonomia foi a de “debilitar as facções Orsini e Colonna em Roma”²⁵. Para isso, atraiu

²⁰ OLIVA, Anna Maria. Cesare Borgia. In: SASSO, Gennaro (org). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 192.

²¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 29.

²² MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 29.

²³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 29-30. Nos primeiros dias de junho de 1502, Arezzo e a Val di Chiana se rebelam contra Florença, com a ameaçadora convivência do Valentino. Somente a intervenção decisiva do rei da França teria consentido aos florentinos a recuperação de Arezzo. Com sua onda de sucesso, o duque pensou em estabelecer um controle sobre Florença, eventualmente favorecendo o retorno dos Medici, mas, o plano foi bloqueado, outra vez, por Luís XII (OLIVA, Anna Maria. Cesare Borgia. In: SASSO, Gennaro (org). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 192).

²⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 30.

²⁵ Como elucida no capítulo XI, antes que Carlos VIII, rei da França, entrasse na Itália, ela estava sob o “governo do papa, dos venezianos, do rei de Nápoles, do duque de Milão e dos florentinos. Esses potentados tinham dois cuidados principais a observar: primeiro, que estrangeiro algum entrasse na Itália com exército; segundo, que nenhum dentre eles alargasse seus domínios. Os que inspiravam maiores preocupações eram o papa e os venezianos. Para conter os venezianos, era necessário a união de todos os outros [...]; e, para conter o papa, usavam os barões de Roma, os quais, sendo divididos em duas facções, Orsini e Colonna, sempre tinham motivos de discórdias e, assim, estando com armas na mão e os olhos no papa, mantinham o pontificado fraco” (MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 54).

“todos os seus partidários fidalgos, tornando-os seus gentis-homens, dando-lhes grandes somas e honrando-os, segundo suas qualidades, com comandos de tropas e cargos de governo”. Em poucos meses, “a afeição deles por seus antigos partidos apagou-se em seus ânimos, voltando-se inteiramente para o duque”²⁶.

Em seguida, “aguardou a ocasião de eliminar os chefes [cap] dos Orsini”, uma vez que já havia “dispersado os da casa Colonna”, que guerreavam nas fileiras do rei de Nápoles, Federico, na investida francesa de Luís XII. Ocasião que, “se bem lhe chegou, melhor ele a usou”²⁷. Os Orsini, explica brevemente o Secretário, “tendo tardiamente percebido que a grandeza do duque e da Igreja significava sua própria ruína” promoveram, em Magione, próximo a Perugia, uma reunião entre outros personagens que se sentiam ameaçadas pela política borgiana.

Esse encontro – que contou com a presença de Paolo Orsini, senhor de Mentana; Francesco Orsini, duque de Gravina; Giambattista Orsini, cardeal; Vitellozzo Vitelli, *condottiero*; Oliverotto Eufreduci, senhor de Fermo e aliado dos Vitelli; Giampaolo Baglioni, senhor da Perugia; representantes do duque de Urbino e do senhor de Siena, Pandolfo Petrucci²⁸ – originou a “rebelião de Urbino” e uma série de “tumultos” na Romanha, representando “infinitos perigos para o duque, que ele superou com a “ajuda dos franceses”²⁹.

Como Maquiavel detalha em *Il modo che tenne il Duca Valentino per ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermi ed altri*, a notícia da *dieta* espalhou-se rapidamente por toda a Itália. Em Urbino, motivados pela informação de uma possível reviravolta na sorte de Cesare, foram deflagradas revoltas, que transmitiram a impressão de que, no final, toda a Romanha se soerguaria. Para contornar a situação em que se encontrava, buscou temporizar a guerra com as poucas tropas que estavam sob seu comando e com acordos. Por um lado, “pedindo soldados ao rei da França” e “recrutando qualquer homem de armas” e quem quer que cumprisse a função “a cavalo”, dando a todos “dinheiro”³⁰. Por outro, reconhecendo sua debilidade militar, Cesare, através de tratativas, deixou entender que, embora empunhassem armas contra ele, aquilo que queria era atribuir o governo dos territórios conquistados aos conjurados, pois lhe “bastava ter o título de príncipe”, enquanto desejava que “o principado fosse deles”³¹.

Assim, pôde retomar o controle da situação, mas, não confiando mais “nem na França nem em outras forças externas”, “recorreu à astúcia”³². Dissimulando seu ânimo, ratificou uma reconciliação com os conjurados, que, com isso, acreditaram ter obtido garantias para sua condição. Depois, o duque empreendeu a conquista de Senigallia, colocando em movimento a ação de seus antigos *condottieri*. Ali, em um elaborado estrategema, após a tomada da cidadezinha, reuniu e prendeu Vitellozzo, Oliverotto, Paolo e Francesco. Os dois primeiros foram estrangulados na mesma noite, enquanto os outros

²⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 30.

²⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 30.

²⁸ Segundo Maquiavel, Borgia, ao demonstrar seus interesses sobre Bolonha, para torná-la “capital [capo] de seu ducado da Romanha”, fez com que os Orsini, Vitelli e seus seguidores percebessem que Cesare começava a se tornar “muito poderoso”, temendo que, caso dominasse a cidade, tentaria eliminá-los para concentrar sob seu comando todas as “armas na Itália” (MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I* A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 8, tradução nossa). Como pauta principal, discutiram a “grandeza do duque”, “seu ânimo”, e como era “necessário frear seu apetite”, já que, ao contrário, corriam o perigo de sofrer suas investidas. Por isso, pretendiam estabelecer ajuda mútua contra o “inimigo comum” (MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I* A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 8).

²⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 30. Nos *Decennali*, lemos que “e voltadas umas contra as outras, essas serpentes, cheias de veneno, começaram a se agarrar/ com as unhas e se despedaçar com os dentes./ E, como o Valentino não podia escapar,/ precisou, para esquivar-se do risco,/ recobrir-se com o escudo da França” (MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I* A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 103, versos 388-392).

³⁰ MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I* A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 8.

³¹ MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I* A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 9.

³² MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 30.

seriam assassinados nos dias seguintes, após ter se assegurado de que o Papa, em Roma, havia capturado outros membros importantes da família Orsini³³.

Por isso, avalia Maquiavel, “aniquilados [...] esses chefes” e “convertidos os seus partidários em amigos”, o duque demonstrava ter “lançado excelentes fundamentos para seu poder”, enquanto que, por um lado, “detinha toda a Romanha e mais o ducado de Urbino”, e, por outro, havia “conquistado a amizade [*acquistata amica*] da Romanha e atraído para si todo o povo, que começava a gozar de bem-estar”³⁴.

Notemos que o esforço de Cesare, em direção à autonomia, não se encerrava no afastamento daquelas tropas externas que haviam sido essenciais aos primeiros atos de conquista. Agora, outro elemento, também atrelado ao problema da emancipação, é apresentado ao leitor: na esfera da política interna, a segunda medida tomada pelo duque para cumprir seu propósito refere-se à busca pela “amizade da Romanha”.

É, justamente, nesse ponto, que tomamos conhecimento do célebre juízo maquiaveliano sobre os acontecimentos envolvendo Remirro de Orco. Ao apoderar-se da Romanha, o duque encontrou-a sob o “comando de senhores sem poder, que mais espoliavam os seus súditos do que os governavam”, dando-lhes mais motivos “para desunião do que para união”, ao ponto de a “província” estar “coberta de latrocínios, tumultos e todas as formas possíveis de insolência”³⁵. Para “pacificá-la e reduzi-la à obediência ao braço régio”, julgou necessário “dar-lhe um bom governo”. Assim, nomeou como governador, com suma autoridade, “messer Remirro de Orco, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes” e que, “em pouco tempo”, “a pacificou e uniu, granjeando grande reputação”³⁶.

Logo após, Cesare “julgou desnecessário tão excessiva autoridade, pois temia que ela se tomasse odiosa, e propôs a instalação de um tribunal civil na província, com um excellentíssimo presidente, onde todas as cidades teriam um advogado próprio”. Porém, sabendo que “os rigores passados haviam gerado um certo ódio contra ele, quis mostrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro para apaziguar os ânimos do povo e atraí-lo para si”. Assim, “aproveitando-se da ocasião” – de uma acusação contra Remirro, que afirmava que ele teria participado de um

³³ INGLESE, Giorgio. “Notas”. In: MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principe*. A cura di Giorgio Inglese. Torino: Giulio Einaudi, 2014, p. 47, nota 70). É relevante notarmos o envolvimento pessoal de Maquiavel com esses acontecimentos. Como explica Jean-Jacques Marchand (*Niccolò Machiavelli: I primi scritti politici (1499-1512)*. Padova: Antenore, 1975, p. 77-78, tradução nossa), em outubro de 1502, após a rebelião, Maquiavel é enviado junto ao duque para representar o governo florentino. Ali, é encarregado, sobretudo, de manter o contato diplomático e de temporizar até que aparecesse quem seria o vencedor. Pouco depois, a maior parte dos estados do duque, com exceção da Romanha, se rebelou. Então, Maquiavel assiste à rapidíssima reação de Borgia, que em algumas semanas é capaz de reunir numerosas tropas e virar a situação ao seu favor: os rebeldes são obrigados a aceitar negociações. Após firmar um acordo de paz com os Bentivoglio, de Bolonha, os outros aliados, enfraquecidos, se preparam para acertar um acordo geral. Porém, tropas continuam sendo enviadas para a Romanha: por várias semanas, Maquiavel assiste esses preparativos sem saber bem se a solução escolhida seria aquela diplomática ou a militar. Quando o duque anuncia que faria uma excursão com os conjurados para Senigallia, Maquiavel pensa que tenha escolhido a primeira via. Mas, no mesmo momento em que acontece o encontro, as tropas de Borgia, que haviam sido reunidas lentamente nos entornos de Senigallia, intervêm em massa e neutralizam aquelas dos conjurados.

³⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 30-31.

³⁵ No Capítulo 29 do Livro III dos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, lemos que “Na Romanha, antes que Alexandre IV extinguisse os senhores que a governavam, havia exemplos de todos os tipos de vida criminosa, porque ali, por qualquer pequena razão, ocorriam assassinatos e grandes assaltos. E tais coisas provinham da maldade daqueles príncipes, e não da natureza malvada dos homens [...]. Porque, visto que aqueles príncipes eram pobres e queriam viver como ricos, precisavam dar-se ao roubo” (MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 408).

³⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 31. Em uma carta de 31 de janeiro de 1515, para Francesco Vettori, lemos que “o duque Valentino, cujas obras eu imitaria sempre que fosse príncipe novo”, ao tornar “messer Remirro governador da Romanha”, “uniu aqueles povos, tornando-os temerosos por sua autoridade, afeiçoados à sua potência, confiantes dela; e todo o amor que carregavam, que era grande, considerada sua novidade, nasce dessa deliberação” (MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere II*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1999, p. 350, tradução nossa).

conluio com os rebeldes, negociando, em um período de extrema escassez na Romanha, víveres –, o duque, “certa manhã”, mandou “que o cortassem ao meio em praça pública, tendo ao lado um bastão de madeira e uma faca ensanguentada”³⁷. Esse espetáculo, ao mesmo tempo em que satisfaz a população, vítima da opressão do governador, também deixou-os “estarecidos”³⁸.

A teatralidade do assassinato de Remirro é um importante recurso para cimentar a coesão interna entre governados e governante. Ao servir-se desse mecanismo para blindar-se contra o sentimento odioso em relação aos seus súditos, Cesare proporcionava ao Secretário uma importante lição que ecoaria pelo ideário político maquiaveliano. As ações de conquista empreendidas pelo duque sempre foram acompanhadas pela observância desse que seria convertido em um pilar da prática política.

Por meio desse conjunto de providências, Cesare havia sido capaz de alcançar um patamar de relativa estabilidade no teatro político italiano. Como explica Maquiavel, sentindo-se “bastante poderoso e em parte garantido contra os perigos do momento”, já que estava “armado a seu modo”, isto é, com soldados fiéis³⁹, e tendo “aniquilado os exércitos vizinhos que o poderiam atacar”, restava-lhe apenas, “para prosseguir naquelas conquistas, amedrontar o rei de França, porque sabia que o rei – tendo-se dado conta de seu próprio erro – não as toleraria”⁴⁰.

Aqui, é significativo que a desarticulação das forças mercenárias, no atrofiamiento de sua expressividade nos acontecimentos em Senigallia, esteja pontualmente situado na indicação desse modo de relacionamento entre Cesare e seus súditos. Na interminável queda de braço entre potências, o duque tinha a consciência de que desarmar-se seria um erro crasso e imperdoável. O gradual afastamento das tropas alheias não ocorre em favor de um vazio militar, mas, dá ensejo e acentua sua procura pela emancipação política por meio da formação de um *exército próprio*, composto pelo povo da Romanha⁴¹. Isso, por sua vez, apenas seria possível em um estado onde o novo poder principesco desfrutasse de certa benevolência, ou que, pelo menos, não fosse odiado⁴².

³⁷ Conforme contextualiza Faitelli (2000, p. 45) Cesare se encontrava diante de uma “espinhosa questão, dessa vez de política interna: aproveitando da terrível escassez que se abateu sobre a Romanha, o governador Ramiro de Lorca especulou sobre a compra e a venda do trigo, até mesmo chegando a negociar com os capitães rebeldes para vantagem própria. A acusação lhe rende a pena de morte, e para alívio dos habitantes [...] seu corpo é encontrado decapitado na praça”.

³⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 31.

³⁹ Em 26 de junho de 1502, Maquiavel escreve à Senhoria salientando que “Este Senhor [Cesare] é muito esplêndido e magnífico, e nas armas é tão animoso, que não existe coisa grande que não lhe pareça pequena, e por glória e para conquistar território não descansa jamais, não conhecendo cansaço ou perigo: chega em um lugar, antes mesmo que se possa entender de onde partiu; faz bem aos seus soldados; recrutou os melhores homens da Itália: coisas que o fazem vitorioso e temível, acrescido de uma perpétua fortuna (MACHIAVELLI, Niccolò. *Legazioni e commissarie*. A cura di Sergio Bertelli. Milano: Feltrinelli, 1964, p. 267-268, tradução nossa).

⁴⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 31-32, grifo nosso.

⁴¹ No Capítulo XIII esse aspecto fica mais evidente: “Não hesitarei”, afirma Maquiavel, “em citar Cesare Borgia e suas ações. Este duque entrou na Romanha com exércitos auxiliares, compostos inteiramente de franceses, e com eles tomou Imola e Furli. Mais tarde, não lhe parecendo seguros esses exércitos, tentou as tropas mercenárias, julgando-as menos perigosas, e contratou a soldo Orsini e Vitelli, que mais tarde dispensou, ao perceber, na prática, que eram dúbios e infiéis. Voltou-se, então, para um exército próprio” (MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 64-65).

⁴² No artigo *Machiavelli and Cesare Borgia: a reconsideration of Chapter 7 of “The Prince”*, John Najemy contesta o fato de que Maquiavel pudesse estar convencido de que Borgia, no final, estivesse realmente “armado a seu modo”. Partindo de uma perspectiva historiográfica, o Secretário, segundo o intérprete, sabia que o duque nunca havia escapado da dependência dos mercenários e auxiliares. Suas ações, nesse sentido, não poderiam corresponder à criação de um exército permanente e próprio: antes, teria apenas aumentado suas forças com alguns *condottieri*, “que não fizeram nada para diminuir sua dependência de mercenários e dos franceses” (NAJEMY, John M. “Machiavelli and Cesare Borgia: a reconsideration of Chapter 7 of “The Prince””. In: *The review of politics: Special Issue: Machiavelli’s Prince*. Cambridge: v. 75, n. 4, 2013, p. 544). Em suma, “uma leitura cuidadosa do Capítulo VII confirma que Maquiavel viu Borgia como completamente dependente das armas alheias” (p. 549). Por um lado, devemos reconhecer que o juízo maquiaveliano sobre as características e os aspectos organizativos dessa milícia é sumário, o que nos priva de detalhes importantes para a compreensão

4. O ato final: a derrocada de Cesare

Todavia, a avaliação progressivamente positiva que o Secretário realizava sobre as ações do duque é interrompida de forma brusca. No movimento de precaução contra os franceses, um primeiro momento de revés na trajetória de Borgias assinala o início de sua ruína: a morte de Alexandre VI.

Na verdade, Cesare já havia considerado esse funesto contratempo, pois, diante da iminência do falecimento de seu pai, “receava” que o novo papa “não fosse seu amigo e procurasse tomar de volta aquilo que Alexandre lhe dera”⁴³. Contra isso, explica Maquiavel, ele tentou precaver-se através de quatro medidas: [a] eliminando todo o sangue dos senhores que havia espoliado, a fim de privar o papa daquela ocasião de intervir”; [b] “atraindo para o seu partido todos os gentis-homens de Roma [...] para com isso poder frear o papa”; [c] “controlando o máximo possível de votos no Colégio”, para influenciar na escolha de um novo pontífice; e, [d] “conquistando tanto poder antes da morte do papa, que pudesse por si mesmo resistir a um primeiro ataque”⁴⁴. Dentre essas, quando Alexandre morre, as três primeiras já haviam sido realizadas, e a quarta estava quase concluída.

Além disso, Cesare encontrava-se fisicamente debilitado – supostamente, acometido pela sífilis. Nesse caso, estava em uma situação delicada: “apenas com o estado da Romanha consolidado, e com tudo mais no ar, prensado entre dois potentíssimos exércitos inimigos [os franceses e espanhóis] e mortalmente doente”. Nesse sentido, reconhece o Secretário, “havia no duque tanta magnanimidade e *virtù*, tão bem sabia como ganhar e perder os homens e tão sólidos eram os fundamentos que em tão pouco tempo construíra para si” que, se não tivesse “aqueles exércitos em seu encaicho ou se estivesse em boa saúde, teria superado todas as dificuldades”⁴⁵.

Analisando em retrospectiva “todas as ações do duque”, pondera o Secretário, “eu não saberia em que censurá-lo”. Ao contrário, seu caso deveria ser alavancado à posição de exemplo para “todos aqueles que, com a fortuna e as armas de outros, ascendem ao poder”. Seus reveses, de outro modo, deveriam ser atribuídos somente a “brevidade da vida de Alexandre e sua própria enfermidade”⁴⁶.

Portanto, quem, “num principado novo”, acreditar ser necessário

[...] garantir-se contra os inimigos, conquistar amigos, vencer pela força ou pela fraude, fazer-se amado e temido pelo povo, ser obedecido e reverenciado pelos soldados, eliminar aqueles que podem ou devem prejudicá-lo, introduzir mudanças na antiga ordem, ser severo e grato, magnânimo e liberal, eliminar as milícias infieis, criar outras novas,

das condições das “armas próprias”. Entretanto, por outro, ao contrário do que propõe Najemy, o Secretário não parece menosprezar o dinamismo e o ímpeto bélico de Cesare. Quando avançamos, em *O Príncipe*, para seu núcleo político-militar, ou retornamos às missivas da *Legazione al Duca Valentino in Romagna*, isso se torna mais evidente. De modo geral, notamos um tom elogioso direcionado ao discernimento e às tentativas de desvinculação das armas alheias. Além disso, parece-nos improvável que Maquiavel buscasse criar uma imagem fantasiosa e irreal dos feitos do duque, sobretudo quando o gosto daqueles acontecimentos ainda estava presente no paladar de seus contemporâneos. Seria contraproducente inflar essas capacidades quando, em tempos tão recentes, suas campanhas haviam intimidado Florença e parte da Toscana.

⁴³ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 32. Em 8 de novembro de 1502 Maquiavel escreve aos Dez: “Este Senhor sabe muito bem que o Papa pode morrer a qualquer dia e que precisa pensar, antes de sua morte, em estabelecer qualquer outro fundamento, caso queira manter os estados que possui. O primeiro fundamento que faz é sobre o rei da França; o segundo, sobre *as armas próprias*; e vê que *já compôs um aparato de cerca de 500 homens armados*, e outros tantos cavaleiros ligeiros, que estarão prontos em poucos dias” (MACHIAVELLI, Niccolò. *Legazioni e commissarie*. A cura di Sergio Bertelli. Milano: Feltrinelli, 1964, p. 419, grifo nosso).

⁴⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 32.

⁴⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 33.

⁴⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 34.

manter as amizades do rei e dos príncipes de modo que o beneficiem com solicitude e temam ofendê-lo, não pode encontrar melhor exemplo que as ações deste duque⁴⁷.

Apesar da tonalidade elogiosa, quase panegírica, no final o discurso maquiaveliano parece recuar. Embora as decisões de Borgia tenham sido exemplares, e a fortuna tenha agido de forma dramática em sua destituição, é possível censurá-lo em um aspecto particular: a “eleição do Papa Júlio, na qual fez uma má escolha”, porque “se não podia fazer um papa a seu modo, podia impedir que outro fosse papa: não deveria jamais ter consentido que ascendessem ao papado cardeais que ele próprio tivesse prejudicado ou que, tornando-se papas, pudessem temê-lo”⁴⁸. O duque, portanto, “errou [...] nesta escolha, que foi a razão de sua ruína final”⁴⁹.

De fato, após a notícia da morte do papa, os Orsini e os Colonna retornaram a Roma armados, contrastando as forças de Valentino, que então jurava fidelidade aos cardeais reunidos para a designação do sucessor de Alexandre VI. Nesse momento, o poder político de Cesare começava a deteriorar-se e seu estado se dissolvia rapidamente: permaneceram fiéis apenas Ímola, Forlì, Cesena e Faenza, enquanto Urbino, Piombino, Camerino, Pesaro e Rimini retornaram aos seus antigos senhores⁵⁰.

Após o brevíssimo e inexpressivo papado de Pio III, um novo conclave elege, também graças aos votos de Cesare e dos cardeais espanhóis, Giuliano della Rovere, acérrimo inimigo da família. A sorte do duque permanecia como uma incógnita. Para contrastar com os venezianos, Júlio II o confirma no vicariato sobre a Romanha, com um título mais formal do que substancial, mas não o nomeia gonfaloneiro da Igreja. Após se negar a entregar três fortalezas da Romanha que permaneciam sob suas ordens, Cesare tem sua prisão ordenada. Depois, foge em direção a Nápoles, onde é preso por Consalvo di Cordova, por ordem dos reis: Fernando, o Católico, o considerava como inimigo, já que havia sido aliado dos franceses. Então, é enviado para a Espanha, onde permaneceu prisioneiro em Medina del Campo. Dali, escapa e se refugia junto ao seu cunhado Giovanni d’Albret, rei consorte de Navarra. Nomeado capitão das tropas de Navarra, combateu por Giovanni, falecendo em um confronto⁵¹.

5. Epílogo: observações sobre a exemplaridade de Cesare

Dentro da proposta do Capítulo VII e do universo conceitual maquiaveliano, o exemplo de Borgia ganha um contorno emblemático. Embora o pretexto e a oportunidade para a ocupação da Romanha tenham tido origem em uma prerrogativa papal, e as armas para esse processo tenham sido cedidas inicialmente pelo rei da França, e, depois, substituídas por tropas mercenárias contratadas pelo Pontífice, o duque procurou fundamentar seu poder, tornando-se independente das forças que possibilitaram seu avanço ao principado.

Assim, seu caso ultrapassa os limites da conquista por meio da fortuna e das armas alheias. Testemunhamos uma espécie de construção gradual da *virtù*. Enquanto os príncipes fundadores do Capítulo VI demonstravam essa competência desde o início, como aspecto inerente no processo de instituição de seus estados, Borgia lutava para estabelecer depois aquilo que a ele havia sido concedido pela fortuna do pai e pelas tropas franco-mercenários.

⁴⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 34.

⁴⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 34.

⁴⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 35.

⁵⁰ OLIVA, Anna Maria. Cesare Borgia. In: SASSO, Gennaro (org). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 192.

⁵¹ OLIVA, Anna Maria. Cesare Borgia. In: SASSO, Gennaro (org). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, p. 192-193.

Apenas uma *virtù* robusta poderia acolher algo concedido pela fortuna, dando-lhe consistência e segurança. Como ator político que visava assumir o protagonismo de sua condição, o processo de emancipação empreendido pelo duque atestava uma fina compreensão da política. Por um lado, pela percepção da vulnerabilidade de seu projeto na ausência de uma estrutura militar comandada exclusivamente pelo príncipe. Por outro, que a estabilidade interna e a formação dos exércitos próprios contavam com atitudes políticas específicas no âmbito doméstico. Após a fase inicial da conquista, a mudança nas forças militares, ao ponto de estar “armado ao seu modo”, e as medidas para “conquistar” o povo da Romanha, marcavam a transição entre a dependência e a autonomia. Nisso, a *virtù* de Cesare revelava sua face.

A assimilação desses preceitos, de certa forma, impacta o pensamento maquiaveliano sobre a *arte dello stato* em toda sua extensão. Sob a perspectiva político-militar, a inserção do poder de Cesare no delicado mosaico de estados italianos havia, muito prematuramente, insuflado em Maquiavel a percepção sobre o papel imprescindível que a força, em sua dimensão bélica, cumpria na relação entre potências. Isto é, em uma dinâmica predatória, as estruturas militares adequadas eram o fator determinante para o diálogo e para a sobrevivência aquelas cidades.

Em 8 de novembro de 1502, por exemplo, em uma correspondência remetida aos *Dieci* enquanto participava da *Seconda Legazione al Valentino*, Maquiavel destacava que a “excelência desse duque não poderia ser medida como a de outros Senhores”, devendo-se considerá-lo como “um novo potentado na Itália”, com o qual era necessário “fazer uma liga e amizade, ao invés de [pagar] uma *condotta*”. Entretanto, alertava, “as amizades entre os Senhores são mantidas somente com as armas”⁵².

Pouco depois, em março de 1503, a delicadíssima situação florentina, motivada, em parte, pelas ameaças das tropas de Cesare, levava Maquiavel a recuperar esse posicionamento, apresentando-o como uma norma geral da ação política. Na abertura das *Parole da dirle sopra la provisione del danaio, facto un poco di proemio e di scusa*, afirma que “todas as cidades que em um momento determinado [...] tenham sido governadas por um príncipe absoluto, por optimates ou pelo povo [...] têm contado como base de sua defesa com a força unida à prudência”. De fato, “essas duas coisas são o nervo [*nervo*] de todos os domínios [*signorie*] que foram ou serão no mundo”⁵³.

Toda cidade, explica, “deve reputar como inimigos [*inimici*] todos aqueles que possam tratar de ocupá-lo e aqueles contra os quais não pode se defender”. Enquanto entre “entre os homens privados são as *leis*, os *escritos* e os *pactos* o que fazem observar a fé [dada]”, “entre os senhores somente as armas a mantém”⁵⁴.

Em 1506, essa tese retorna em *La cagione dell'ordinanza, dove la si truovi et quel che bisogni fare*, onde lemos que “todos sabem [*ognuno sa*] que quem diz império, reino, principado, república, quem diz homens que comandam [...] está dizendo de justiça e de

⁵² MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere II*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1999, p. 701) Para Marchand, o encontro com Borgia entre 1502 e 1503 havia feito Maquiavel perceber que a “época laurenziana”, “caracterizada por uma política de equilíbrio, de diplomacia e prudência”, que tanto havia beneficiado Florença, “agora havia acabado na Itália”. O novo ensinamento deduzido dessa experiência é que “os estados e os príncipes, caso queiram manter sua independência, devem saber mais do que qualquer coisa a usar a força, a astúcia, o engano, a rapidez nas análises e nas ações” (MARCHAND, Jean Jacques. *Niccolò Machiavelli: I primi scritti politici (1499-1512)*. Padova: Antenore, 1975, p. 371-372).

⁵³ MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 12.

⁵⁴ MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 14, grifo nosso. Conforme afirma Marchand, nas *Parole* as relações entre Florença e as outras nações “são colocadas mais claramente em foco e a atenção que deve ter um estado nos confrontos dos amigos e dos inimigos conquista uma importância maior no conjunto da análise”. Como nota o intérprete, a experiência das *Legazioni* junto Luigi XII e a Cesare Borgia induziu “[...] Maquiavel a refletir mais profundamente sobre a verdadeira natureza das relações entre estado e estado: considerado que cada nação [*nazione*] ou príncipe atua uma política friamente egoísta e muitas vezes ridiculamente mesquinha, nenhum estado (como Florença) pode esperar o apoio desinteressado de um amigo (França) ou a passividade benévola de um inimigo em potencial (Valentino)” (MARCHAND, Jean Jacques. *Niccolò Machiavelli: I primi scritti politici (1499-1512)*. Padova: Antenore, 1975, p. 326).

armas⁵⁵. No mesmo ano, no projeto de lei da *Provisione della Ordinanza*, o Secretário reafirmava que “todas as repúblicas que em tempos passados se mantiveram e engrandeceram” tiveram “duas coisas como seu principal fundamento”: “a justiça e as armas, para poder conter e corrigir os súditos e para poder defender-se dos inimigos⁵⁶”.

O argumento reverberaria, também, em *O Príncipe*, onde, no Capítulo XII, volta a ressaltar que “os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e boas armas”. Nesse caso específico daquele discurso, “como não podem ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas⁵⁷”.

Sob a perspectiva da política doméstica, o triunfo do duque, ainda que momentâneo, indicava que sua atenção não estava voltada somente às decisões militares, mas, também, à observância de outro aspecto central da política: seu empenho para envolver, em alguma medida, o povo que passou a governar naquele empreendimento.

Como Maquiavel abordará particularmente nos Capítulos X, XIX e XX de *O Príncipe*, a defesa da integridade de um estado e de um governo, seja interna ou externa, depende do estabelecimento de uma relação fluida entre o príncipe e seus súditos. Para isso, esquivar-se do ódio e do desprezo se apresenta como o fundamento para a segurança de qualquer estado.

No Capítulo X, por exemplo, com o propósito de analisar as forças militares disponíveis ao príncipe para a proteção de seu domínio, Maquiavel ilustra a importância desse elo. Aos príncipes com insuficiência de homens recrutáveis para formação de exércitos expressivos, que não conseguem ir de encontro aos adversários, quase “nada se pode dizer”, a não ser “exortar esses príncipes a fortificarem e armarem suas próprias cidades”. Além disso, acrescenta, “quem fortificar bem a sua cidade e se comportar em relação aos seus súditos do modo como foi dito acima, e como mais se dirá a seguir, somente com muito temor será atacado”, porque é da índole humana desprezar “empreendimentos” repletos de “dificuldades”: “e não se pode ver facilidade em atacar alguém que tenha suas terras fortificadas e não seja odiado pelo povo⁵⁸”.

A mesma conexão entre a salvaguarda material do estado e o fato do governante não ser odiado pelos súditos é retomada no capítulo XX, onde o Secretário analisa a pertinência das fortificações em um contexto mais amplo. A questão, agora, não aparece mais vinculada aos capítulos de tendência militar, mas, é situada logo após a discussão sobre as qualidades pertinentes ao exercício do poder principesco. De fato, esse problema é reinserido justamente no contexto argumentativo que se debruçava sobre a pertinência e os mecanismos para evitar o ódio e o desprezo por parte dos súditos.

Oscilando entre considerações ambivalentes sobre a suposta eficácia das fortalezas, Maquiavel estabelece um rígido preceito para o campo político-militar: as fortificações são convenientes apenas para o “príncipe que tiver mais medo do [próprio] povo que dos estrangeiros”. Ao contrário, “quem tiver mais medo de estrangeiros do que do povo deverá deixá-las de lado⁵⁹”.

Assim, o temor diante dos governados, e não de inimigos externos organizados em exércitos, é o elemento que cancelará a pertinência desses dispositivos de proteção. Ou seja, a utilidade das fortificações é reservada aos príncipes que procuram refúgio contra os próprios súditos, o que apenas comprova a ineficiência de quem nutre em seu povo o sentimento de hostilidade. Todavia, muralhas não são capazes de proporcionar

⁵⁵ MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 26.

⁵⁶ MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997, p. 31.

⁵⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 57. No Capítulo 31 do Livro III dos *Discursos* Maquiavel, outra vez, repete a abordagem (MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 416-417.

⁵⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 49-50, grifo nosso.

⁵⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 103.

estabilidade. Daí, outra norma geral da ação política emana: “a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo [*la migliore fortezza che sia, è non essere odiato dal popolo*]”⁶⁰. Portanto, “reprovarei quem quer que, confiando nas fortalezas, pouco se preocupar por ser odiado pelo povo”⁶¹.

No final, buscar por uma certa benevolência, traduzida na imperativa condição de não angariar o ódio, cimenta a estabilidade de um estado, sobretudo dos novos domínios. Nisso, o duque havia demonstrado a compreensão, ainda que embrionária, desse elemento rudimentar da dinâmica política. A consolidação da conquista da Romanha, internamente, dependia dessa ligação com os novos súditos. Externamente, o exército, estrutura imprescindível na leitura de Cesare daquele contexto, que se desvencilhava dos mercenários e dos auxiliares, também ali fundava sua condição de possibilidade.

Ainda que não contasse com um exército permanente expressivo, quando, atônito, testemunhava a ruína de seu poder, a atenção que dedica a esse fundamento é relevante. Aliás, a predisposição para relacionar-se de uma maneira específica com os súditos, aspecto essencial para servir-se dos governados nos campos de batalha, também era um passo dado nessa direção. O empreendimento não pôde frutificar pela interrupção causada por outro ciclo de acontecimentos: pela extrema maldade da fortuna, com a morte de Alexandre e a fragilidade de sua saúde, e o vacilo imperdoável de não impedir a eleição de Júlio II ao papado.

Aqui, aquela *virtù* que vinha sendo edificada, demonstrando um tino apurado para as decisões políticas e militares, encontra seu limite. Se a morte do Papa e sua doença foram golpes brutais desferidos pela fortuna contra os propósitos de Cesare, isso, porém, não significava que sua queda estivesse determinada por um destino fatalista. Ao duque, havia a possibilidade de impedir a eleição de Giuliano ao papado, algo que não quis, ou soube, fazê-lo. Apesar de uma malignidade excepcional, haviam alternativas.

De todos os modos, visualizamos o valor positivo do exemplo de Borgia se afirmar. Como propõe Inglese, se a razão nos permite indicar a causa pela qual uma *virtù* foi derrotada, ela também possibilita conceber uma *virtù* superior, capaz de não repetir o erro. Ao invés de ser outra história de fracasso, Cesare é o modelo de uma *virtù* tendencialmente perfeita e bem-sucedida, mas que, apesar disso, também fracassa. Em outra oportunidade, o intérprete italiano reforça que esse caso operava como uma referência àqueles que, porventura, quisessem encontrar “no vivo presente dos modernos, e não somente na antiga perfeição romana, a *fisionomia da virtù política completa*”⁶². Portanto, o exemplo do duque identifica a “força política que força militar concreta, em cujo conceito está necessariamente incluído”, e essa é uma das “grandes inovações maquiavelianas”, uma “relação positiva entre príncipe e súditos” (em “fazer-se amado e temido pelo povo”)⁶³.

Gennaro Sasso, que segue nessa mesma esteira, é ainda mais enfático. Para ele, Maquiavel havia proposto essas ações como “modelo” de *virtù* porque, “psicologicamente”, tinha a necessidade de mostrar ao príncipe novo, “e a si mesmo, que vinha construindo a árdua teoria”, que o compromisso que o esperava era “difícil”, porém, “não como em certos momentos tinha temido, e sempre voltava a temer”, “impossível”. Para demonstrar essa posição, não havia outro argumento melhor do que aquele que consistia em indicar “ao príncipe novo de hoje e de amanhã que aquela tarefa já havia sido executada, ontem, por um príncipe, virtuoso, mas desafortunado”⁶⁴.

⁶⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 103.

⁶¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 104.

⁶² INGLESE, Giorgio. *Per Machiavelli: l'arte dello stato, la cognizione delle storie*. Roma: Carocci Editore, 2006, p. 63, e INGLESE, Giorgio. “Notas”. In: MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Príncipe*. A cura di Giorgio Inglese. Torino: Giulio Einaudi, 2014, p. 55, nota 153, grifos nossos.

⁶³ INGLESE, Giorgio. *Per Machiavelli: l'arte dello stato, la cognizione delle storie*. Roma: Carocci Editore, 2006, p. 65.

⁶⁴ SASSO, Gennaro. “Machiavelli, Cesare Borgia, Don Micheletto e la questione della milizia”. In: SASSO, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Vol. II. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1988, p. 65, tradução nossa.

Em uma dimensão mais pragmática, para Federico Chabod o Secretário achava o Valentino “perfeito realmente”, sobretudo porque havia procurado criar “um Estado unitário e forte, perseguindo as mesmas aspirações às quais, na solidão da vila [de San Casciano]”, após o afastamento das atividades práticas da República de Florença, “se volta o pensamento do autor”. Todavia, *O Príncipe* “não é a glorificação de Borgia, como não é de todos aqueles os outros senhores” trazidos à cena. Mas, “como o Estado pode fundar-se somente sobre uma pessoa determinada, e dado que deve ser criado, antes de tudo, no âmbito da *virtù* individual, e que a matéria inerte espera para receber a impressão de um valor “excessivo”, se torna instintivo centralizar a análise sobre uma figura que “confira capacidade de síntese humana aos fragmentos esparsos, racionais e passionais; e a figura que domina é, naturalmente, o filho de Alexandre VI, tantas vezes blasfemado pelos republicanos florentinos”⁶⁵.

6. Considerações finais

No amplo catálogo de exemplos ao qual Maquiavel recorre para fundamentar seus posicionamentos políticos, o caso de Cesare se destaca. Na passagem de coadjuvante para protagonista da ação de conquista, as ações de Borgia auxiliam a teoria maquiaveliana em argumentos que serão consolidados como fundamentais para a prática política.

Em primeiro lugar, o ímpeto para firmar-se como protagonista daquele programa de conquistas revelava a possibilidade de demonstrar que a *virtù* é algo que pode ser edificado gradativamente. Porém, apesar de uma sequência de sucessos, mesmo a *virtù* tendencialmente infalível, não está isenta de arruinar-se no frágil, incerto e cambiante território da política. De todos os modos, as alternativas para contornar a ruína se abrem como possíveis, desde que compreendidas adequadamente.

Em segundo lugar, a atividade no campo militar e a capacidade de adequação das forças bélicas, rumando às armas próprias, cimentaria, em Maquiavel, este que seria o pilar de suas elaboradas concepções político-militares: a importância de as cidades comandarem suas tropas e constituírem seus exércitos próprios. O esforço do duque indicava como viável o projeto que o Secretário pessoalmente encabeçaria para Florença e que ecoaria, com insistência, por seus escritos.

Em terceiro lugar, em sua relação com os súditos, Cesare demonstrava a importância do estabelecimento de um contato benevolente entre as partes, ou, no limite, que se esquivasse do ódio e buscasse a delicada harmonia entre o amor e o temor – que, no final, será o pináculo do mal-afamado grupo de capítulos do opúsculo (do XV ao XVII).

Referências

- CHABOD, Federico. *Scritti su Machiavelli*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1964.
- FAITELLI, Federica. *Cesare Borgia: Dossier*. Firenze: Giunti, 2001.
- INGLESE, Giorgio. “Notas”. In: MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principe*. A cura di Giorgio Inglese. Torino: Giulio Einaudi, 2014.
- INGLESE, Giorgio. *Per Machiavelli: l'arte dello stato, la cognizione delle storie*. Roma: Carocci Editore, 2006.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principe*. A cura di Giorgio Inglese. Torino: Giulio Einaudi, 2014.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Legazioni e commissarie*. A cura di Sergio Bertelli. Milano: Feltrinelli, 1964.

⁶⁵ CHABOD, Federico. *Scritti su Machiavelli*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1964, p. 62-63, tradução nossa.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere I*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Opere II*. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2ªed. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARCHAND, Jean-Jacques. *Niccolò Machiavelli: I primi scritti politici (1499-1512)*. Padova: Antenore, 1975.

NAJEMY, John M. "Machiavelli and Cesare Borgia: a reconsideration of Chapter 7 of *The Prince*". In: *The review of politics: Special Issue: Machiavelli's Prince*. Cambridge: v. 75, n. 4, 2013, pp. 539-556.

OLIVA, Anna Maria. "Cesare Borgia". In: SASSO, Gennaro (org). *Machiavelli: Enciclopedia Machiavelliana*. Vol. I. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2014, pp. 191-196.

SASSO, Gennaro. "Machiavelli, Cesare Borgia, Don Micheletto e la questione della milizia". In: SASSO, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Vol. II. Milano/Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1988, pp. 57-117.

Doutor em Filosofia (UNIOESTE)
E-mail: douglasfedel@hotmail.com